

Funcionários denunciam farsa do ponto eletrônico

Nos últimos dias, os sindicatos e a Afubesp têm recebido denúncias sobre o sistema de ponto eletrônico do Grupo Santander Banespa. O equipamento de marcação de entrada e saída dos funcionários já funciona em diversas agências e, de acordo com os relatos, estaria servindo para que o

Equipamento de marcação de entrada e saída, já instalado em diversas agências, estaria sendo utilizado para burlar a legislação trabalhista

banco continue a desrespeitar a jornada de trabalho prevista na legislação trabalhista e no acordo coletivo.

As informações que chegam é que bancários de várias unidades estão tendo que iniciar o expediente em horário anterior à marcação do ponto de entrada e outros são pressionados a marcar a saída e continuar trabalhando. “Os funcionários não podem aceitar esse tipo de coação, pois, se acontecer algum acidente ou forem assaltados no trajeto de casa, como poderão provar que estavam trabalhando e, assim, caracterizar o acidente de trabalho?”, alerta o diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo e Região, Camilo Fernandes.

Os horários de almoço e de intervalo (15 minutos) também não estariam sendo respeitados. O “colaborador” marca o ponto, mas continua trabalhando ou retoma as suas funções bem antes do estipulado. Camilo recomenda aos trabalhadores que estão sendo pressionados a descumprir a jornada de trabalho a procurar o sindicato ou a Afubesp.

Outro problema apontado é que todas as pessoas denominadas pela empresa como “gerente”, incluindo os gerentes de negócios, não são elegíveis, ou seja, não podem marcar o ponto eletrônico. “Tem muitos colegas que não possuem cargo de confiança e estão nessa situação”, pontua Marcos Benedito, secretário-geral da Afubesp. Segundo ele, bancário que não tem subordinados e nem acesso a dados confidenciais não pode ser enquadrado como cargo de confiança. “A Justiça já estabeleceu um entendimento claro sobre essa questão e tem dado ganho de causa para quem entra com ação pleiteando o pagamento de horas extras referente ao período adicional a seis horas diárias.”

Marcos entende que esses trabalhadores deveriam poder marcar o ponto eletrônico e trabalhar seis horas. “Caso contrário, o banco corre o risco de ver aumentar ainda mais o número de reclamações traba-



Ponto eletrônico discrimina comissionados e mantém desrespeito à jornada de trabalho

lhistas por horas adicionais não pagas.”

Para o presidente da Afubesp, Aparecido Sérgio da Silva, a vantagem do equipamento é que fica mais fácil aos fiscais do Ministério do Trabalho comprovar que o banco está descumprindo a lei. “Se o fiscal verificar que a pessoa está trabalhando sem o registro no ponto eletrônico é multa na certa para a empresa”, argumenta.

Mesmo em locais onde o sistema está em fase de implantação, como no Rio Grande do Sul, os funcionários do grupo estão apreensivos e cheios de dúvidas sobre o seu funcionamento. “Tenho recebido ligações de colegas preocupados com alguns itens constantes do Manual de Instruções”, informa Ademir Wiederkehr, diretor do Sindicato dos

Bancários de Porto Alegre e da Afubesp. “Ao discriminar comissionados e provocar fraudes, o banco frustra a expectativa de que o ponto eletrônico iria garantir finalmente o respeito à jornada de trabalho e melhorar a saúde dos funcionários”, critica.

Diante dessas reclamações, as entidades sindicais e de representação estão solicitando que o tema seja incluído no próximo Comitê de Relações Trabalhistas, agendado para o dia 4 de agosto. “Na reunião, pretendemos questionar a direção do Grupo Santander Banespa sobre diversos itens ainda não suficientemente explicados do sistema, além de cobrar soluções para as denúncias dos funcionários”, afirma Aparecido Sérgio da Silva.

Shenjiro sai da Cabesp

A saída de Antonio Shenjiro Kinukawa da diretoria de Operações da Cabesp, ocorrida dia 1º de julho, trouxe um novo alento

Expectativa dos associados é que o banco indique um novo diretor que resolva os problemas de atendimento

aos associados descontentes com o atendimento.

O banco não informou os motivos da saída do ex-diretor e o nome do novo ti-

tular do cargo. Entretanto, a expectativa dos associados é que o indicado venha a ter uma preocupação maior em tentar resolver os problemas relacionados às áreas sob responsabilidade da Diretoria de Operações, tais como convênios, rede credenciada, pagamento dos serviços de saúde, autorização de exames e procedimentos, etc.

“Nas últimas assembléias, muitos colegas vinham reclamando da falta de médicos conveniados em diversas regiões, bem como da dificuldade para se conse-

guir autorização para realização de alguns exames e terapias seriadas”, relata José Aparecido da Silva, o Chocolate. Ele lembra também que os eleitos já vêm denunciando os problemas a bastante tempo. “Nas votações dos relatórios anuais da diretoria, nós, do Conselho Fiscal, temos destacado a necessidade de resolver essas questões”, pontua o dirigente, que conclui: “esperamos que o novo diretor tenha mais disposição para ouvir os associados, pois está mais do que na hora de melhorar o atendimento da Cabesp”.

Fundos de pensão

Prazo para opção do IR é prorrogado até dezembro

O presidente Lula editou no dia 1º de julho a Medida Provisória 255, que prorroga o prazo para adesão à tabela regressiva do Imposto de Renda. Com a nova MP, as pessoas

Participantes da Sanprev e do Plano III do Banesprev terão até final do ano para escolher o regime tributário

que já participavam de plano de previdência em 31 de dezembro de 2004 terão até o “último dia útil do mês de dezembro de 2005” para fazer a opção pela tabela regressiva.

A medida também aumenta o prazo de adesão para novos participantes de planos de previdência, que poderão optar “até o último dia útil do mês subsequente ao do ingresso”. Ou seja, o trabalhador passou a ter até sessenta dias para optar. Pela lei anterior, a pessoa tinha que fazer sua escolha no ato de adesão ao fundo.

O aumento dos prazos para adesão atende parcialmente às reivindi-

cações dos participantes de fundos de pensão, tendo em vista que a data limite anterior era dia 1º julho. “Agora as pessoas terão mais tempo para analisar melhor como funciona a tabela regressiva do IR antes de decidir”, avalia Walter Oliveira, diretor administrativo eleito do Banesprev.

Ele ressalta, entretanto, que o principal problema dos trabalhadores não foi resolvido pela MP, que é o fato de a opção ser “irretratável”. “Como escolher um regime tributário que trará conseqüências daqui a muitos anos, sem saber quanto tempo ficará na empresa patrocinadora do fundo ou o valor que irá receber de complementação e, mais grave, sem poder mudar depois?”, questiona Walter.

Gerson Lopes, diretor financeiro eleito do Banesprev, explica que a possibilidade de escolher o regime tributário só vale para os participantes de planos de Contribuição Definida e de Contribuição Variável. “No caso dos trabalhadores do Grupo Santander Banespa, a MP atinge os colegas vinculados a Sanprev (fundo de pensão dos



Gerson Lopes

funcionários do Santander) e ao Plano III dos banespianos.”

Segundo ele, os demais planos do Banesprev são de Benefício Definido e continuam a recolher o Imposto de Renda de acordo com a tabela tradicional.

Imposto de Renda decrescente

O participante do Plano III ou da Sanprev que optar pela tabela regressiva recolherá IR de maneira inversamente proporcional ao tempo de acumulação de suas reservas previdenciárias. Ou seja, as alíquotas incidentes sobre o valor do benefício ou do resgate serão decrescentes de acordo com o tempo de acumulação (veja tabela abaixo).

Tabela regressiva

Tempo de acumulação	Alíquota
0 a 2 anos	35%
2 a 4 anos	30%
4 a 6 anos	25%
6 a 8 anos	20%
8 a 10 anos	15%
Acima de 10 anos	10%



Walter Oliveira

Mogi das Cruzes

Sindicato conquista reintegração de bancário

O Departamento Jurídico do Sindicato de Mogi das Cruzes e Região conquistou na Justiça a reintegração do bancário Makoto

Funcionário do Santander Banespa havia sido demitido sem justa causa um dia antes da assinatura do acordo coletivo

Watanabe. A decisão da juíza Cleusa Soares de Araújo, da 2ª Vara da Justiça do Trabalho de Suzano, declarou nula a demissão e condenou o banco a mantê-lo em seu qua-

dro de pessoal, com todos os benefícios concedidos à categoria profissional, salários dos dias pertinentes ao seu afastamento, complementação salarial, cestas básicas e demais benefícios, bem como um pagamento de verba líquida a título de dano moral, por ter sido dispensado injustamente.

A juíza também deferiu a antecipação da tutela para manutenção do plano de assistência médica nas mesmas condições da época da sua dispensa e, em caso de descumprimento da sentença, estipulou multa diária no valor de R\$ 500,00.

Watanabe havia sido demitido pelo Santander Banespa sem justa causa em 25 de novembro de 2004, véspera da assinatura do acordo coletivo da categoria. Marcada homologação do associado, o sindicato não concordou com a dispensa e devolveu ao preposto da empresa a rescisão com ressalva, além de documentação solicitando nova avaliação sobre o caso.

Como não houve resposta por parte do banco, o jurídico da entidade sindical entrou com a reclamação trabalhista, visando a nulidade da dispensa imotivada.

Aposentados

VIII Encontro Nacional rejeita termo de opção



Colegas aprovaram manter a luta em defesa dos direitos

Cerca de 700 colegas pré-75, que participaram do VIII Encontro Nacional dos Aposentados do Banespa, realizado dia 2 de julho em São Paulo, aprovaram por maioria absoluta a proposta de não assinar a carta de opção enviada pelo Santander. Pelo

documento, os aposentados poderiam optar por resgatar 80% de suas reservas matemáticas ou migrar para um novo regime de complementação de aposentadoria e pensão. Dessa forma, os colegas decidiram não abrir mão do regulamento de pessoal.

O encontro, convocado pela Comissão Nacional dos Aposentados e pela Afubesp, deliberou manter a luta em de-

fesa dos direitos, por meio de atividades que têm por objetivo desgastar a imagem do banco. Além disso, os pré-75 resolveram intensificar as ações nos campos jurídico e político, fazendo gestões nas câmaras municipais, assembleias legislativas e Con-

gresso Nacional.

Os diretores da Afubesp e integrantes da Comissão Nacional, Herbert Moiniz, Sérgio Zancopé e Oliver Simioni,

Pessoal pré-75 decide não assinar documento enviado pelo Santander, pelo qual abriria mão do regulamento de pessoal

conduziram os trabalhos do evento, que contou com as presenças de Marcos Benedito, secretário-geral da Afubesp, Wagner de Castro, diretor financeiro eleito da Cabesp, e Walter Oliveira, diretor administrativo eleito do Banesprev. Dezenas de dirigentes sindicais e de afabans paulistas e de outros Estados também participaram dos debates.

Ações afirmativas

Igualdade de oportunidades é urgente

Apesar da convenção coletiva dos bancários prever igualdade de oportunidades, na prática não é isso o que acontece. De

Instituições financeiras são as que mais desrespeitam a diversidade étnica em seus quadros de funcionários

acordo com a Educafro (Educação e Cidadania de Afro-brasileiros e Descendentes), as instituições financeiras são as que mais danos provocam à diversidade étnica brasileira. A entidade afirma que em São Paulo, por exemplo, os negros representam no máximo 8% da categoria.

“O setor bancário lucra milhões por ano nas costas do povo. Não está certo que os banqueiros sejam omissos. Eles devem participar da implementação de políticas públicas em relação às questões étnico-raciais nos seus quadros de funcionários”, comenta Frei David dos Santos, diretor executivo da Educafro. “Queremos que as instituições financeiras assumam a diversidade em todos os seus cargos e não contrate negros somente para trabalhar de faxineiros e seguranças.”

Para denunciar o problema, cerca de 2.200 alunos da Educafro realizaram ato

público no dia 13 de maio, exigindo cotas no mercado de trabalho. O diretor da Afubesp, Rafael Pinto, que também é integrante do movimento negro, considera a iniciativa da entidade muito importante. “Somos solidários a esta campanha. É urgente a implantação de um programa de diversidade nos bancos. A categoria bancária precisa superar essas barreiras discriminatórias, garantindo que raça, gênero ou orientação sexual não sejam impedimento para que as pessoas tenham êxito em suas carreiras profissionais.”

Ministério Público em ação

Atendendo a reivindicações, o Ministério Público do Trabalho (MPT) deu força à luta do movimento negro contra a discriminação de gênero e raça nas relações de trabalho. Trata-se do lançamento do “Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidades para Todos”, ocorrido no início deste ano.

Em abril, o MPT intimou cinco grandes instituições financeiras do Distrito Federal a apresentar planos de inclusão para mulheres e negros. Dois meses depois, em junho, o órgão federal chamou a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) e o movimento negro para uma reunião, na qual os



Ato realizado em São Paulo reivindicou a implantação do sistema de cotas nos bancos

representantes dos bancos se recusaram a dialogar, mas dispuseram-se a apresentar um plano de inclusão racial em uma reunião agendada para esta semana.

A expectativa da presidente da Inspir (Instituto Sindical Interamericano para Igualdade Racial) e diretora de políticas sociais da CNB/CUT, Neide Fonseca, é que os banqueiros apresentem uma boa proposta já que foi comprovada a discriminação dentro das empresas. “A Procuradoria Geral do Trabalho está tentando resolver o problema por meio da negociação. Mas, de acordo com o procurador, se os resultados não forem satisfatórios, a solução será ingressar com uma ação civil pública contra os bancos por discriminação”, afirma.

Brasília

Presidente Lula recebe sindicalistas

No dia 11 de julho, mais de mil dirigentes sindicais de todo o país estiveram com o presidente Lula, em Brasília, e lhe entregaram uma carta, na qual reafirmam a necessidade de se apurar as denúncias de corrupção e punir todos os responsáveis. O documento também denuncia à sociedade brasileira e, em especial, aos trabalhadores a “escandalosa ofensiva que tenta obstruir a construção do projeto histórico representado pelo presidente”.

A Afubesp se fez representar no ato público pelo seu presidente, Aparecido Sérgio da Silva, e o secretário-geral, Marcos Benedito.



Augusto Coelho

Afubesp estimula debates sobre Estatuto do Deficiente



Cássio, Isaías e Marli levaram debate a Ourinhos

Depois de implementados os estatutos da Criança e do Adolescente e do Idoso, chegou a vez dos deficientes terem um conjunto de leis que preservem seus direitos. A proposta, apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS) há cerca de oito anos, deve ser votada na Câmara de Deputados em

Diretores da entidade visitam diversas cidades, solicitando que a sociedade apóie o projeto e ajude a melhorar a sua redação

setembro próximo. Antes disso, porém, os diretores da Afubesp Isaías Dias e Marli dos Santos estão trabalhando para que a redação do projeto seja melhorada com a colaboração da sociedade.

No final do mês de junho, ambos começaram a percorrer cidades do Estado de São Paulo, propondo a representantes de administrações municipais e de entidades do segmento que organizem debates com a população sobre o tema.

“Entendemos que seria precipitado aprovar o Estatuto do Deficiente como está

formulado. É preciso uma ampla discussão com toda a sociedade, senão corremos o risco de acabar perdendo conquistas importantes e deixar de fora pontos fundamentais para o segmento”, explica Isaías.

De acordo com os diretores da Afubesp, a primeira melhoria a ser feita é a criação de penalidades para os que infringirem qualquer um dos artigos da futura lei, o que não é previsto na redação atual. Além disso, a proposta apresenta falhas nos pontos relacionados à saúde e educação, entre outros.

Para Marli a questão do trabalho, por exemplo, deve estar bem definida no estatuto. “Hoje a lei determina que empresas com mais de mil funcionários têm que disponibilizar 5% das vagas para deficientes, mas não é isso que acontece”, comenta a dirigente, que exemplifica: “O Santander Banespa preenche essas vagas com pessoas portadoras de LER/Dort, que não é deficiência, mas sim doença ocupacional.”

Para evitar que irregularidades como essa continuem ocorrendo, segundo ela, “é preciso a colaboração e o apoio de toda a sociedade na elaboração do estatuto”.

Debates vão até setembro

Isaías e Marli pretendem, até o mês de setembro, percorrer o maior número possível de cidades, incentivando as entidades representativas do segmento e prefeituras a promover debates sobre o assunto. Eles já estiveram em três municípios do interior paulista, sendo que o primeiro foi Ourinhos, onde, acompanhados pelo também diretor da Afubesp, Cássio Teixeira, conheceram a Associação de Assistência ao Deficiente Físico (AADF).

Afubesp comemora 22 anos de luta

No dia 1º de julho, a Afubesp comemorou 22 anos de luta em defesa dos funcionários do Grupo Santander Banespa, Banesprev e Cabesp, com uma festa de aniversário realizada no Clube Homs, em São



Paulo. A animada confraternização contou com a participação de centenas de associados, além de diretores, funcionários da entidade e seus familiares.

O evento foi prestigiado pelos presidentes do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Luiz Cláudio Marcolino, da Anapar (Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão), José Ricardo Sasseron, e da Fetec/CUT-SP, Sebastião Cardozo, pelo superintendente do INSS em São Paulo, Carlos Eduardo Gabas. A diretora financeira da Bancoop, Ana Érnica, e os diretores eleitos do Baneprev, Gerson Lopes e Walter Oliveira, e da Cabesp, Vagner de Castro e Shisuka Sameshima, também estiveram presentes.

mural

TRT-SP condena Banespa

A 7ª turma do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP) determinou, por unanimidade, que o Banespa devolva a um ex-empregado os valores que foram descontados de seu salário para pagamento de seguro de vida, que segundo o bancário não foram autorizados por ele.

De acordo com o juiz Luiz Antonio Moreira Vidigal, relator do processo, “a realização de quaisquer descontos por mais benéficos os seus fins e por mais que potencialmente usufruídos pelo empregado dependem para sua validade da expressa anuência do trabalhador, sob pena de representarem violação ao disposto no artigo 462 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)”.

O artigo mencionado pelo juiz proíbe “qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de contrato coletivo”.

Mais uma liminar mantém Apólice 10

O juiz da 7ª Vara Civil de Santo André concedeu liminar ao Sindicato dos Bancários do ABC, determinando a manutenção da Apólice 10 da Cosesp – com o recebimento dos prêmios pagos pelos segurados e pagamento das indenizações devidas – até o julgamento da ação.

A medida cautelar, que beneficia todos os banespianos da base sindical, foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia 4 de julho. Esta é a segunda liminar obtida por uma entidade sindical. Anteriormente, o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região havia obtido igual sentença.

PHOTO O QUE VOCÊ IMAGINA, NÓS FAZEMOS.

OPEN

CHEGOU NA AFUBESPI!

PROMOÇÃO EXCLUSIVA Afubesp

PREÇO PROMOCIONAL

12 -5,52
24 -11,04
36 -16,56

GRÁTIS AMPLIAÇÃO 15x21

REVELAÇÃO DIGITAL R\$ 0,72

10x15 CM por foto

FOSCO, BRILHANTE OU MARGEM

PRODUTOS

CÂMERAS FOTOGRÁFICAS CONVENCIONAIS • CÂMERAS DIGITAIS,
APARELHOS ELETRÔNICOS • CD PLAYER
DISC MAN • WALK MAN • DVD • ETC.

FILMES • FILMAS • BATERIAS • ÁLBUMS • PORTA-RETRATOS • ETC.

www.afubesp.com.br

FUJISERVICE

PHOTO OPEN